EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 166/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO NO COMPRASGOV: 75/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - ELETRICISTA
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
DATA E HORA DO PREGÃO: 02/12/2026 ÀS 09H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA – DF)
SESSÃO PÚBLICA: WWW.COMPRAS.GOV.BR
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE – SP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO e SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 02 de dezembro de 2026, às 09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - ELETRICISTA,** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023, nº 7843/2023, nº 6238/2017, nº 6434/2018 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 15.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 15.2 A 15.15.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – ELETRICISTA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**.**

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, o objeto será dividido em cota principal e cota reservada à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco) do objeto, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência (**ANEXO I**).

1.3.1. A cota principal e reservada será licitada pela Unidade Compradora de forma simultânea e independente.

1.3.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota de ampla concorrência, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;

1.3.3. Se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota de ampla concorrência, a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.

SECRETARIAS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE DOS RECURSOS
SESURB	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
		FEDERAL (Repasse Obrigatório)
SECTUR	19.02.00/13.122.3003.2024/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
SEDUC	09.27.00/12.361.2003.2408/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
SESAP	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS

3.2. O valor estimado da contratação é o conforme o Termo de Referência (Anexo I).

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Para os itens 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. O item 4 é destinado à AMPLA CONCORRÊNCIA (conforme Anexo I).

4.7. O item 5 é destinado à COTA RESERVADA para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (conforme Anexo I).

4.7.1. A prioridade de aquisição é para os produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada se mostrar inadequada para atender às quantidades ou às condições do pedido, mediante justificativa.

4.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para microempreendedor, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8538, de 2015.

4.9. Não poderão disputar esta licitação:

4.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.9.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.9.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

4.9.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.9.12. Sociedades Cooperativas.

4.10. O impedimento de que trata o item **4.7.4**. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.7.2. e 4.7.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.13. O disposto nos itens **4.7.2. e 4.7.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.15. A vedação de que trata o item **4.7.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.16. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1. e 9.10.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. A licitante deverá apresentar Declaração de Inexistência de Parentesco e Vínculo Impeditivo, firmada por seu representante legal em papel timbrado, atestando, sob as penas da lei, que:

a) Não possui em seu quadro de proprietários, sócios ou empregados, servidores ou dirigentes do órgão ou entidade contratante, bem como responsáveis pela condução desta licitação;

b) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (e até o segundo grau por afinidade), de ocupantes de cargos de direção ou de servidores do órgão ou entidade contratante que atuem na licitação ou na fiscalização do contrato.

5.9. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

5.10. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

5.11. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

5.12. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

5.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.15. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.16.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.16.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.17.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.17.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.21. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

5.22. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário ou desconto;

6.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento).**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. Empresas brasileiras;

7.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o

caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **4.7.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF
b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
c) Tribunal de Contas da União;
d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União ()

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **4.5.1** e **5.6.** deste edital.

8.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

8.5.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. Contiver vício insanável;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

8.6.6. Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.

8.6.6.1. Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1.A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.4.1. No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.4.**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. Caso o Termo de Referência exija que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

9.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.10.1.**

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.17. As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais,

procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico : sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

10.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

10.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

10.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: http://www.praiagrande.sp.gov.br e Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. A atualização periódica dos preços registrados será através de índices oficiais.

11.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

11.9.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.2. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.2.1. Referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. Fraudar a licitação;

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

15.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.3.1. Advertência;

15.3.2. Multa;

15.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

15.4.2. As peculiaridades do caso concreto

15.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.5.1. Para as infrações previstas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.**, a multa será de 0,5% o valor do contrato licitado.

15.5.2. Para as infrações previstas nos itens **15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8.,** a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8.,** bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

16.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

16.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2.021.

16.12. O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do

certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

16.15. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

16.16. A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

16.17. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

16.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: http://www.praiagrande.sp.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

16.19. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

16.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2.021.

16.21. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

16.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.23. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: http://www.praiagrande.sp.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

16.24. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

17. DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1. ANEXO I - Termo de Referência
17.1.1.1. 1º Apêndice do Anexo I - Condições Gerais
17.1.1.2. 2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

17.1.3. ANEXO II – Planilha Proposta
17.1.4. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
17.1.5. ANEXO IV – Cadastro Reserva

Praia Grande, 05 de novembro de 2026.

SORAIA M. MILAN
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MAURICIO DA SILVA PETIZ
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação

JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA
Secretário Municipal de Saúde Pública

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Modalidade: Pregão Eletrônico no sistema Registro de Preço para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - Eletricista, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no **"1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais"**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.4.1. Decorrido o prazo de 1 (um) ano de vigência da Ata de Registro de Preços e havendo prorrogação de sua vigência, os preços registrados **poderão ser atualizados**, mediante aplicação do **IPCA-E ou de outro índice que venha a substituí-lo**, observado o disposto no instrumento convocatório, na Ata de Registro de Preços e as diretrizes estabelecidas no **art. 182 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.4.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços **não implicará a renovação automática dos quantitativos originalmente registrados**, sendo os quantitativos para o período prorrogado definidos pela Administração, conforme a necessidade prevista e o interesse público.

1.4.3. Na hipótese de prorrogação, os quantitativos originalmente registrados poderão ser **mantidos, reduzidos ou renovados, integral ou parcialmente**, conforme avaliação da Administração e a demanda prevista para o novo período, não constituindo a prorrogação obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados.

1.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços para a aquisição de ferramentas justifica-se pela necessidade de aquisições frequentes e parceladas, destinadas ao atendimento das demandas de manutenção, conservação e execução dos serviços públicos municipais.

1.5.1. A utilização do Registro de Preços permite que as aquisições sejam realizadas de acordo com a necessidade efetiva da Administração, evitando a aquisição imediata de todo o quantitativo estimado e possibilitando maior eficiência e racionalização dos recursos públicos.

1.5.2. A natureza do objeto também possibilita a realização de entregas parceladas, conforme a demanda dos setores municipais, sendo adequada, portanto, a utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. O fornecimento de bens é enquadrado como não continuado.

1.7. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DECRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente, a Secretaria conta com aproximadamente 1.330 servidores, sendo que cerca de 90% exercem atividades operacionais relacionadas à limpeza urbana, manutenção e conservação dos espaços públicos. Tais atividades apresentam riscos ocupacionais que demandam a utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em conformidade com a legislação vigente e as normas de segurança e saúde no trabalho.

O fornecimento adequado de EPIs constitui medida indispensável para a proteção da integridade física dos servidores, redução dos riscos de acidentes e doenças ocupacionais, preservação das condições de trabalho e garantia da continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Ressalta-se que as especificações técnicas dos equipamentos são previamente avaliadas e revisadas pela Seção de Segurança do Trabalho da Secretaria de Administração, que define as características necessárias de acordo com os riscos inerentes a cada atividade, podendo exigir, quando necessário, apresentação de amostras e Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

2.2. A adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória é a mais compatível com os princípios da economicidade, transparência, e eficiência, assegurando ampla competitividade e atendimento aos interesses da Administração. Com isso, o órgão público pode realizar compras em maior quantidade ao longo do tempo, o que tende a gerar preços mais competitivos e condições mais favoráveis, aproveitando as economias de escala. A administração pública poderá adquirir os itens conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de comprar tudo de uma vez. Isso evita o acúmulo de estoque e permite uma gestão mais eficiente dos recursos. A modalidade de pregão, especialmente o eletrônico, estimula a concorrência entre os fornecedores, o que pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública, tanto em termos de preço quanto de qualidade

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2026) conforme detalhamento a seguir no link https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Sistema Registro de Preços – Modalidade Pregão Eletrônico: Para atendimento à demanda em questão, propõe-se a realização de processo licitatório na modalidade **Pregão**, em formato **Eletrônico**, adotando o **Sistema de Registro de Preços** (SRP), com o objetivo de adquirir **Equipamentos de Proteção Individual - Eletricista**, destinado à utilização pelos servidores desta Secretaria e de demais Secretarias.

3.1.1. O **Sistema de Registro de Preços** mostra-se adequado neste caso, pois a aquisição será realizada conforme a demanda, não havendo necessidade de compras frequentes e contínuas. Tal sistema proporciona maior flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão pública, permitindo a contratação conforme a real necessidade das unidades administrativas.

3.2. A escolha pela modalidade **Pregão Eletrônico** justifica-se pelo fato de tratar-se da aquisição de **bem comum**, facilmente encontrado no mercado, cuja especificação pode ser realizada de forma objetiva no edital, sem necessidade de avaliações técnicas complexas. A aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), mostra-se necessária para assegurar a proteção dos servidores da Secretaria de Serviços Urbanos no desempenho de suas atribuições, garantindo condições adequadas de segurança, saúde ocupacional e continuidade dos serviços essenciais prestados à coletividade.

3.2.1. Ademais, o **Pregão Eletrônico**, por ser uma modalidade mais ágil e menos formalista, viabiliza a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer a qualidade do objeto licitado nem causar prejuízos ao interesse público. Assim, considerando que o item pode ser classificado como bem comum e que a aquisição visa atender o interesse público com eficiência, a utilização do **Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços** é a mais recomendada.

3.3. Estimativa de quantitativos: No presente processo foi utilizada a modalidade Registro de Preços. Embora acreditemos que tal definição transborde da competência técnica desta Diretora, pela leitura do dispositivo do Decreto Municipal nº 7018/20 que nos incisos de seu artigo 3º, enumera quais as hipóteses em que o sistema de registro de preços será observado, preferencialmente. Isto porque estamos diante de objeto que pelas suas características serão adquiridos com frequência, além disso, não é possível prever de antemão a quantidade exata que será adquirida, sendo a planilha

estimativa juntada na inicial com base no número de servidores e próprios tendo como base consumos anteriores. Desse modo, não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração, por isso, desejamos realizar um Registro de Preços.

3.4. Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item do portal Compras.Gov mais semelhante ao descrito neste Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo portal Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

3.5. Após análise, conclui-se que a aquisição de equipamento de proteção individual, configura a alternativa mais eficaz, abrangente e economicamente vantajosa, sendo plenamente compatível com as necessidades da Administração Pública Municipal. Tal solução apresenta maior flexibilidade operacional, por permitir o uso individual em qualquer condição de trabalho externo, sendo tecnicamente adequada, amplamente disponível no mercado nacional e em conformidade com as políticas de saúde e segurança do trabalho.

3.6. Demais descrições da solução como um todo encontra-se pormenorizada no ETP, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade: A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

4.2. Indicação de marca ou modelo: As especificações contidas no presente termo de referência abrangem uma ampla quantidade de marcas aptas para o fornecimento.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

A administração não aceitará marcas/produtos que não atendam a todas as especificações exigidas em edital.

4.4. Amostras: Não será exigida a apresentação de amostras.

4.5. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação.

4.6. Garantia: Não haverá garantia na contratação.

4.7. Da contratação

4.7.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

4.7.2. A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

4.7.3. Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:

4.7.3.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.7.3.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.7.4. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

4.7.5. O Prazo para assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.7.6. No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

4.7.7. A Minuta do contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.8. Da rescisão

4.8.1. O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8.2. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo para a entrega dos produtos será de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata, do pedido, requisição, ofício ou autorização de fornecimento da Unidade Requisitante. Facultativamente, desde que devidamente justificado e aceito pelo requisitante, o prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.

5.2. A entrega deverá ser realizada nos endereços abaixo relacionados. Poderão ser incluídos novos endereços, caso haja necessidade, por parte da Secretaria Requisitante.

SECRETARIAS	SETORES	ENDEREÇOS PARA ENTREGA	HORÁRIO DE ENTREGA
SESURB	Secretaria de Serviços Urbanos (almoxarifado)	Av. Costa e Silva, 794 – Boqueirão - PG	9h às 16h
SECTUR	Secretaria de Cultura e Turismo	R. Mihailo Lukich Michel, 59 – Boqueirão – PG	9h às 16h
SEDUC	Secretaria de Educação	R. Fernando Di Estéfano, 160 – Jardim Quietude - PG	9h às 16h
SESAP	Secretaria de Saúde Pública	R. João de Souza, s/nº – Vila Mirim – PG	9h às 16h

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

5.4. O produto, objeto do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, será recebido pela Unidade Requisitante, sendo devidamente atestada.

5.5. Os técnicos da Unidade Requisitante efetuarão vistoria no ato da entrega, e avaliarão as condições físicas do produto. Caso estas condições não sejam satisfatórias, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser reposta por outra, independentemente da aplicação das penalidades previstas.

5.6. O bem deve ser entregue juntamente com a sua respectiva nota fiscal. A nota fiscal emitida deverá estar acompanhada de uma via do recibo citado, para conferência de cada setor e na mesma devem ser mencionados o número do empenho e o contrato correspondente.

5.7. Corre por conta da EMPRESA detentora da Ata qualquer prejuízo causado ao produto em decorrência do transporte.

5.8. Em caso de serviço terceirizado de entrega, cabe a contratada a responsabilidade de fiscalizar se a empresa cumpre todas as exigências da legislação e do edital.

5.9. É de responsabilidade da contratada verificar e conferir os locais e endereços de entrega devendo arcar com quaisquer danos ocasionados.

5.10. O prazo de garantia dos bens é aquele estabelecido na lei 8079/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1 O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (lei nº 14.133/21 art. 117 caput) e (Decreto 7.929/2023 Capítulo II, Seção IV) conforme segue abaixo:

6.6.1. Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

6.6.2. Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

6.6.3. Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos e inclusive daqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

6.7. Sanções e infrações administrativas:

6.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

6.7.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.7.1.3. Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.7.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.7.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.7.2.1 Advertência, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens "6.7.1.2 a 6.7.1.4.", sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "6.7.1.5 a 6.7.1.8.", bem como nas alíneas "6.7.1.2. a 6.7.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.7.2.4 Multa:

6.7.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

6.7.2.4.2. Em caso de atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.2.4.3 Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

6.7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao preço do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse preço, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.7.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.7.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

6.7.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.7.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.7.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.7.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Do recebimento: O recebimento do objeto utilizará como base os relatórios mensais de execução/entregas apresentado pela Contratada e atestados pelos fiscais técnico do contrato.

7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e da qualidade do objeto e/ou prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4. O objeto poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, inclusive antes do recebimento provisório, caso não atenda às especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta vencedora.

7.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à entrega de relatórios de utilização, checklists e demais documentos de controle exigíveis.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, devendo ser encaminhado ao gestor para recebimento definitivo.

7.7. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove a qualidade e quantidade da execução, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, e setorial, quando houver;

7.7.2. Analisar relatórios e documentação apresentada pela fiscalização, apontando eventuais irregularidades;

7.7.3. Emitir Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo;

7.7.4. Comunicar a Contratada para emissão da Nota Fiscal/Fatura no valor devido;

7.7.5. Enviar a documentação ao setor responsável para formalização da liquidação e pagamento.

7.8. Persistindo divergências sobre a execução, observar-se-á o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/21, autorizando-se o pagamento da parcela incontroversa.

7.9. Nenhum prazo de recebimento será contado enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica ou ética pela perfeita execução do contrato.

7.11. Liquidação: Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade, a data da emissão, os dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar, e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.11.2. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11.3. O Fiscal Administrativo deverá realizar consulta ao SICAF para: verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas e identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.11.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11.6. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.11.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.12. O pagamento será efetuado com base nas quantidades efetivamente entregues**,** devidamente comprovadas por documentação fiscal e atestado da fiscalização designada**,** observando-se os preços unitários da proposta da contratada.

7.12.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.12.2. Forma de pagamento: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.12.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.12.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível á empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA-E ou por índice que venha a substitui-lo observada as diretrizes do art. 182 da Lei 14.133/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, sistema REGISTRO DE PREÇO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. Exigências de habilitação:

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1. Habilitação Jurídica:

8.2.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.2.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.2.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

8.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.1.2.5. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a ser declarada em campo próprio no sistem Compras.gov.

8.2.1.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.1.2.7. Prova da inexistência de Débitos Tributários inscritos na Dívida Ativa, emitida pelo órgão estadual competente, da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação ICMS;

8.2.1.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.1.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.1.2.10. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.2.1.3. Qualificação econômico-financeira:

8.2.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.3. Qualificação Técnica: Não se aplica.

8.4. Não será admitida a participação de consórcios de empresas, dada a natureza o objeto, por não se tratar de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende a diminuir a competitividade, desse modo não será adotada no presente processo.

8.5. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5 da Lei nº 12.690, de 2012.

8.6. Forma de adjudicação: Por Item.

8.7. Critério de julgamento das propostas: Menor Preço.

9. ESTIMATIVAS DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço apresentado no orçamento estimado pela Prefeitura importa em **R$ 260.540,53 (Duzentos e Sessenta Mil, Quinhentos e Quarenta Reais e Cinquenta e Três Centavos).**

9.2. A planilha de custos foi definida de forma clara, concisa e objetiva, cujo preço global para aquisição total dos materiais foi estimado mediante a realização de pesquisa de mercado e estimado em planilha onde constam os preços unitários, médio e total de cada item que servirão de parâmetro para a realização do certame.

9.3. A metodologia empregada na pesquisa foi de consulta a fornecedores do ramo via internet, disponibilização de pesquisa de preços no site do Município e cadastro de fornecedores desta Prefeitura.

9.4. A quantidade estimada foi definida considerando o contingente atual de servidores que prestam serviços a esta municipalidade, assim como o consumo histórico registrado em aquisições anteriores. Ademais, foi incluída uma margem adicional para contemplar a possível incorporação de novos servidores durante o período de vigência da contratação, estimado em 12 meses, garantindo assim o atendimento contínuo às demandas da administração pública.

9.5. O valor apresentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) é uma estimativa de orçamento feita em diversos sítios de internet, porém, antes da elaboração deste Termo de Referência (TR), a pesquisa de valores foi complementada através de consultas a fornecedores do ramo e de pesquisa de preços no site do município. Quando se opta por juntar mais orçamentos, o objetivo é, geralmente, garantir uma visão mais abrangente e precisa dos custos envolvidos em determinada aquisição de materiais. Esse processo pode ser fundamental para:

9.5.1. Avaliação de Conformidade e Competitividade de Preços: A consolidação de orçamentos de diferentes fornecedores oferece uma comparação que pode indicar divergência de preço ou condições de fornecimento que, por sua vez, influenciam as decisões financeiras.

9.5.2. Mitigação de Riscos: A coleta de múltiplos orçamentos também pode ser uma estratégia para reduzir riscos financeiros, uma vez que permite uma melhor compreensão dos cenários de custos e prazos, além de proporcionar uma margem de segurança ao comparar várias ofertas.

9.5.3. Análise de Escopo e Complexidade: Em muitos casos, diferentes orçamentos podem refletir variações no escopo de serviços ou nas condições propostas, o que exige uma análise detalhada para determinar o valor real e a adequação de cada proposta.

9.5.4. Assim, a junção de múltiplos orçamentos não só facilita uma visão mais real dos custos potenciais, mas também proporciona uma base mais robusta para a tomada de decisões estratégicas relacionadas a aquisição dos materiais.

9.5.5. Cumpre esclarecer que este Departamento de Administração e este subscritor não possuem competência técnica para "certificar" que os orçamentos acostados aos autos são capazes de representar os reais valores de mercado. Isso porque estamos diante de uma contratação para aquisição de produtos por intermédio de registro de preços, com quantitativo estimado. Cada empresa consultada ofereceu sua proposta para a venda de tais produtos, não nos cabendo interferir na definição dos valores de cada item por parte das empresas, tampouco definir qual seja a prática de mercado, uma vez que a pesquisa fora realizada justamente para este fim.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos conforme relacionado abaixo:

SECRETARIA	DESPESA	DOTAÇÃO	FONTE	APLICAÇÃO
SESURB	2592	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.28	01	1.100.000
	6376	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.28	05	1.000.288

SECTUR	3010	19.02.00 / 13.122.3003.2024 / 3.3.90.30.28	01	110.0000
SEDUC	7770	09.27.00 / 12.361.2003.2408 / 3.3.90.30.28	01	220.0000
SESAP	4971	10.07.00 / 10.122.1001.2377 / 3.3.90.30.28	01	310.00.00

1º Apêndice do Anexo I - Condições Gerais

ITEM	CATMAT	COTA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Valor Unitário	Valor Total
1	**418455**	**Exclusiva**	Uniforme Eletricista NR10 Risco 2(II) com proteção para Arco-Elétrico e Fogo Repentino Composto de Calça e Camisa na cor azul. Camisa: Tecido FR 100% Algodão Retardante a Chamas 8,6 oz/yd²(290 g/m²); Com faixas refletivas Retardantes a Chamas (Antichama); Fechamento frontal em botões com vista; Mangas longas com fechamento em botão no punho; Gola tipo esporte (italiana) abotoada até em cima; Bolso superior esquerdo 13cm de largura e 14 cm de altura, apresenta tampa e fechamento com velcro; Costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis; ATPV 10,9 cal/cm²; Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). No bolso esquerdo deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Calça: Tecido FR 100% Algodão Retardante a Chamas 8,6 oz/yd²(290 g/m²); Com faixas refletivas Retardante a Chamas (Antichama); Meio elástico no cós, passantes para cinto, pala atrás; Fechamento em botões com vista; Dois bolsos frontais; Dois bolsos traseiros; ATPV 10,9 cal/cm²; Costura reforçada em pontos vulneráveis com linha retardante a chama 100% meta aramida. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração.TAMANHOS: P, M, G, GG, XG. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Conj.	143	R$ 438,33	R$ 62.681,19
2	**618366**	**Exclusiva**	Blusão NR10 Risco 4 com Refletivo Antichama Guardian DX Blusão Fire DX na cor azul, conta com fechamento com botões antichama e pala protetora, gola F1 com abertura frontal, manga canhão e também faixa refletiva. Possuí identificação do EPI, Risco e ATPV bordados com tecido retardante à chamas de acordo com normas NFPA2112 e NFPA70E -NR10. É confeccionada em 3 camadas de tecido retardande à chamas, 48% de modacrílico, 37% em algodão, 15% paramida com 225 G/M² - 6,5OZ. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). Na parte frontal do lado esquerdo deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração.TAMANHOS: P, M, G, GG, XG. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	28	R$ 1.650,78	R$ 46.221,84

3	**621083**	**Exclusiva**	Tapete de Borracha Isolante Elétrico para Baixa, Média e Alta Tensão NR10. Proteção: Classe 2 - Testada em 20 kV para uso até 17.000 Volts - Alta Tensão. Atende a requisitos das normas NR10, NBR 5410, NBR 14039 ASTM F479, ASTM D178 e ASTM D1048. Dimensões: 1m de largura x 1m de comprimento. Características e Aplicabilidade: Para uso em quadros elétricos, cabines elétricas, CCM para isolamento elétrico, etc. Principais características: Boa flexibilidade e capacidade de absorção de choque, impermeável (não absorve líquidos ou odores) flexível, excelente capacidade de carga, suporta temperaturas de -20 a + 90 °C.	Unid.	20	R$ 600,91	R$ 12.018,20
4	**606437**	**Principal**	Capuz Eletricista contra Arco Elétrico Risco 3 e 4 NR10. Área de visão de 10"x20", com alongamento para peito e costas. Capacete interno acoplado e Visor de Policarbonato de Alto Impacto de 3mm de espessura com ampla visibilidade e maior segurança.Transmitância de Luminosidade de 55%. Lente confeccionada em dupla Camada, Capuz em três camadas de tecido retardante a chama, proteção contra Infravermelho, Ultravioleta e Partículas. Ideal para uso em Cabines Primárias, Subestações, e outras atividades com Eletricidade que possa gerar riso de Arcos Elétricos. Em conformidade com as normas: NFPA 70E / ASTM F2178 / ASTM F2621. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	16	R$ 3.822,47	R$ 61.159,52
5	**606437**	**Reservada**	Capuz Eletricista contra Arco Elétrico Risco 3 e 4 NR10. Área de visão de 10"x20", com alongamento para peito e costas. Capacete interno acoplado e Visor de Policarbonato de Alto Impacto de 3mm de espessura com ampla visibilidade e maior segurança.Transmitância de Luminosidade de 55%. Lente confeccionada em dupla Camada, Capuz em três camadas de tecido retardante a chama, proteção contra Infravermelho, Ultravioleta e Partículas. Ideal para uso em Cabines Primárias, Subestações, e outras atividades com Eletricidade que possa gerar riso de Arcos Elétricos. Em conformidade com as normas: NFPA 70E / ASTM F2178 / ASTM F2621. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	5	R$ 3.822,47	R$ 19.112,35
6	**614953**	**Exclusiva**	TRAVA QUEDAS PARA CORDA: Trava-Quedas em aço com sistema "dupla-trava" para corda 12mm de diâmetro, possui sistema de travamento que mantem o usuário na posição necessária. Acessório utilizado em atividades a mais de 2 metros de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador. Deve ser utilizado com cinturão paraquedista. Tem como objetivo neutralizar o risco de queda em qualquer tipo de movimentação vertical. Trava-quedas em chapa de aço anti-oxidante; Mosquetão dupla trava, com abertura de 20mm; Utilizado para corda de poliamida 12mm; Confeccionado em fita de material sintético (poliester). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	108	R$ 149,35	R$ 16.129,80

7	**602436**	**Exclusiva**	Cinturão Paraquedista Eletricista NR10: Confeccionado em fita de poliéster composto por: 02 meia-argolas, para posicionamento, na cintura; 01 meia-argola com ponto de conexão dorsal; 07 fivelas duplas para ajuste nas pernas, cintura e ombro com proteção; Porta-ferramentas; 04 laços frontais para ancoragem; Ajuste peitoral; Almofada de 130 mm para proteção lombar; Almofada de 50 mm para proteção das pernas; Talabarte em Y. Utilizado em atividades a mais de 2 metros de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador em trabalho estacionário (posicionamento). (NBR 15835:2010, NBR 15836:2010). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	108	R$ 223,10	R$ 24.094,80
8	**296586**	**Exclusiva**	Cinturão Abdominal Eletricista NR10 em cadarço de Nylon: Cinto de posicionamento estático acolchoado. Possui 2 argolas em "D", localizadas na lateral do cinturão e porta ferramentas. Revestimento em espuma. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	109	R$ 133,71	R$ 14.574,39
9	**606441**	**Exclusiva**	Capuz Balaclava para Eletricista NR 10 Risco 2 Retardante a Chamas contra Arco Elétrico em malha 100% algodão retardante à chamas para proteção total da cabeça e pescoço contra chama direta e calor irradiado de Arco Elétrico. ATPV 9,6 cal/cm2 Gramatura: 220 g/m2. C.A (Certificado de Aprovação do MinIstério do Trabalho-MTE). Tamanho: Único. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	21	R$ 133,25	R$ 2.798,25
10	**224856**	**Exclusiva**	Cadeirinha de escalada. Cadeirinha básica, totalmente regulável, indicada para Escalada em Top Rope, Canyoning, Arvorismo, Tirolesa e Parques de Aventura. Acolchoamento nas pernas e cintura. Regulagem total nas pernas e cintura com fivelas duplas em aço inox (ajuste rápido). Rack porta material. Peso: 650 gramas. Tamanho: Adulto. Dimensões de ajuste - Cintura: De 70 cm a 140 cm. Pernas: De 35 cm a 85 cm.	Unid.	13	R$ 134,63	R$ 1.750,19
					VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO:	**R$**	**260.540,53**

2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

1. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

Secretaria de Serviços Urbanos:

A presente contratação tem por objetivo atender à demanda do Município da Estância Balneária de Praia Grande, mediante Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos servidores ocupantes da função de eletricista.

A Secretaria de Serviços Urbanos é responsável pela execução de diversos serviços essenciais à manutenção da infraestrutura urbana do Município, incluindo atividades relacionadas à iluminação pública, manutenção de equipamentos públicos e demais intervenções que envolvem instalações elétricas. Atualmente, a Secretaria conta com aproximadamente 16 servidores que exercem a função de eletricista, desenvolvendo atividades que os expõem permanentemente a riscos ocupacionais de natureza elétrica, mecânica e ergonômica.

As atividades desempenhadas por esses profissionais envolvem a execução de serviços em instalações elétricas energizadas ou passíveis de energização, trabalhos em altura, utilização de ferramentas e equipamentos específicos, além da exposição a agentes físicos capazes de ocasionar acidentes graves, lesões permanentes ou até mesmo fatais.

Nesse contexto, o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual constitui medida indispensável para a preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, bem como para a redução dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, em conformidade com as disposições da Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06), da Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10) e demais legislações aplicáveis à segurança e saúde no trabalho.

Entre os principais riscos ocupacionais identificados para a atividade de eletricista destacam-se:

- Choque elétrico e eletrocussão decorrentes do contato direto ou indireto com circuitos energizados;
- Formação de arco elétrico, capaz de provocar queimaduras severas e danos à visão;
- Quedas durante a execução de serviços em altura;
- Explosões e sobrecargas elétricas ocasionadas por falhas em instalações ou equipamentos;
- Projeção de partículas, faíscas e estilhaços durante intervenções em sistemas elétricos;
- Exposição a agentes mecânicos e demais condições inseguras inerentes às atividades desempenhadas.

A ausência ou insuficiência de Equipamentos de Proteção Individual adequados compromete a segurança dos servidores, aumenta a probabilidade de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, além de impactar negativamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

Adicionalmente, a não disponibilização dos EPIs necessários pode acarretar responsabilização da Administração Pública pelo descumprimento das normas de segurança do trabalho, sujeitando o Município a sanções administrativas, autuações pelos órgãos fiscalizadores e custos decorrentes de afastamentos, tratamentos médicos e indenizações.

Ressalta-se que as especificações técnicas dos equipamentos são analisadas e revisadas pela Seção de Segurança do Trabalho da Secretaria de Administração, visando assegurar a adequação dos produtos às atividades desempenhadas pelos servidores. Conforme manifestação técnica constante nos autos, os itens especificados atendem às necessidades operacionais identificadas, sendo exigida a apresentação de Certificado de Aprovação (CA) válido para todos os itens aplicáveis, em conformidade com a NR-06.

Nesse procedimento licitatório fica dispensado de apresentação do certificado de aprovação os itens (3,5 e 9).

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para garantir condições adequadas de segurança aos servidores, assegurar o cumprimento da legislação vigente e manter a continuidade dos serviços públicos executados pela Secretaria de Serviços Urbanos, observando os princípios da eficiência, da prevenção e do interesse público.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Informamos que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2026, em conformidade com detalhamento a seguir no link https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os itens a serem adquiridos enquadram-se na categoria de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente estabelecidos no edital, mediante especificações usuais no mercado.

Considerando tratar-se de participação em Intenção de Registro de Preços, os requisitos da contratação deverão obedecer integralmente às condições estabelecidas no Termo de Referência, sendo a participação da Unidade Requisitante condicionada à perfeita aderência do objeto ofertado às suas necessidades específicas.

A contratação dar-se-á por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, conforme previsão legal, sendo o critério de julgamento o menor preço por item.

Natureza do Objeto: Por se tratar da aquisição de bens, não se aplica a análise quanto à natureza continuada ou não da contratação.

Condições de Entrega: Os produtos deverão ser novos, em perfeitas condições de uso e entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas, de forma a preservar sua integridade até o momento da entrega. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata de Registro de Preços, do pedido, requisição ou ofício emitido pela Unidade Requisitante. Excepcionalmente, e desde que devidamente justificado e aceito pela Administração, o prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período.

O transporte será de inteira responsabilidade da contratada, que responderá por eventuais danos ou avarias causadas aos produtos durante o deslocamento. Os produtos entregues serão objeto de vistoria técnica pela equipe da Unidade Requisitante, a fim de verificar a conformidade com as especificações exigidas. Constatadas irregularidades ou inconformidades, a remessa poderá ser recusada e deverá ser reposta integralmente pela contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Sustentabilidade: Em atendimento às diretrizes de responsabilidade socioambiental previstas na Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, tais como:

- Utilização de embalagens recicláveis e adequadas para o transporte e armazenamento dos produtos;

- Acondicionamento seguro, garantindo a integridade dos itens;

- Destinação adequada dos resíduos, com encaminhamento dos materiais passíveis de descarte seletivo aos Ecopontos ou locais de coleta seletiva indicados pela Administração.

Vigência e Atualização de Preços: O prazo de vigência da ata é de 1(um) ano, podendo ser prorrogável por igual período (art. 84, da Lei nº 14.133/21). Decorrido o prazo de um ano da vigência da ata de Registro de Preços e havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do IPCA-E ou por índice que venha a substitui-lo observada as diretrizes do art. 182 da Lei 14.133/2021. Na hipótese de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, a renovação do quantitativo originalmente registrado ficará a critério exclusivo da Administração Municipal, não constituindo obrigação automática de sua repetição.

Garantia: Não será exigida garantia contratual, tendo em vista a natureza dos bens a serem adquiridos e os critérios de risco avaliados preliminarmente.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem adquiridas foi elaborada de forma criteriosa, considerando parâmetros objetivos e alinhados às necessidades da Administração. Foram observados os seguintes aspectos:

- **Número de servidores ativos:** levantamento atualizado do quantitativo de colaboradores que farão uso dos itens, garantindo que todos sejam contemplados;

- **Histórico de consumo dos anos anteriores:** análise das aquisições e do consumo efetivo em exercícios passados, de modo a aferir o comportamento da demanda e evitar estimativas superdimensionadas;

- **Substituição por desgaste natural:** previsão de reposição de itens que apresentem deterioração em razão do uso contínuo, considerando a vida útil média do material;

- **Novas demandas durante a vigência contratual:** possibilidade de expansão ou alteração das atividades da Unidade Requisitante, bem como movimentações de pessoal, que possam impactar no quantitativo demandado;

- **Margem de segurança operacional:** inclusão de pequena reserva técnica destinada a atender situações imprevistas, sem comprometer a regularidade do fornecimento;

- **Compatibilidade com a vigência do contrato:** a estimativa foi projetada para o período de **1 (um) ano**, prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, assegurando a disponibilidade dos itens durante todo o exercício contratual.

Dessa forma, a estimativa de quantidades visa assegurar o atendimento integral às necessidades institucionais, observando os princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	SECRETARIAS				TOTAL
			SESURB	SECTUR	SEDUC	SESAP	
1	Uniforme Eletricista NR10 Risco 2(II) com proteção para Arco-Elétrico e Fogo Repentino Composto de Calça e Camisa na cor azul. Camisa: Tecido FR 100% Algodão Retardante a Chamas 8,6 oz/yd²(290 g/m²); Com faixas refletivas Retardantes a Chamas (Antichama); Fechamento frontal em botões com vista; Mangas longas com fechamento em botão no punho; Gola tipo esporte (italiana) abotoada até em cima; Bolso superior esquerdo 13cm de largura e 14 cm de altura, apresenta tampa e fechamento com velcro; Costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis; ATPV 10,9 cal/cm²; Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). No bolso esquerdo deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Calça: Tecido FR 100% Algodão Retardante a Chamas 8,6 oz/yd²(290 g/m²); Com faixas refletivas Retardante a Chamas (Antichama); Meio elástico no cós, passantes para cinto, pala atrás; Fechamento em botões com vista; Dois bolsos frontais; Dois bolsos traseiros; ATPV 10,9 cal/cm²; Costura reforçada em pontos vulneráveis com linha retardante a chama 100% meta aramida. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração.TAMANHOS: P, M, G, GG, XG. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	CJ	120	2	20	1	**143**
2	Blusão NR10 Risco 4 com Refletivo Antichama Guardian DX Blusão Fire DX na cor azul, conta com fechamento com botões antichama e pala protetora, gola F1com abertura frontal, manga canhão e também faixa refletiva. Possuí identificação do EPI, Risco e ATPV bordados com tecido retardante à chamas de acordo com normas NFPA2112 e NFPA70E - NR10. É confeccionada em 3 camadas de tecido retardande à chamas, 48% de modacrílico, 37% em algodão, 15% paramida com 225 G/M² - 6,5OZ. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). Na parte frontal do lado esquerdo deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração.TAMANHOS: P, M, G, GG, XG. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	UNID.	10	2	15	1	**28**
3	Tapete de Borracha Isolante Elétrico para Baixa, Média e Alta Tensão NR10. Proteção: Classe 2 - Testada em 20 kV para uso até 17.000 Volts - Alta Tensão. Atende a requisitos das normas NR10, NBR 5410, NBR 14039 ASTM F479, ASTM D178 e ASTM D1048. Dimensões: 1m de largura x 1m de comprimento. Características e Aplicabilidade: Para uso em quadros elétricos, cabines elétricas, CCM para isolamento elétrico, etc. Principais características: Boa flexibilidade e capacidade de absorção de choque, impermeável (não absorve líquidos ou odores) flexível, excelente capacidade de carga, suporta temperaturas de - 20 a + 90 °C.	UNID.	8	5	6	1	**20**
4	Capuz Eletricista contra Arco Elétrico Risco 3 e 4 NR10. Área de visão de 10"x20", com alongamento para peito e costas. Capacete interno acoplado e Visor de Policarbonato de Alto Impacto de 3mm de espessura com ampla visibilidade e maior segurança.Transmitância de Luminosidade de 55%. Lente confeccionada em dupla Camada, Capuz em três camadas de tecido retardante a chama, proteção contra Infravermelho, Ultravioleta e Partículas. Ideal para uso em Cabines Primárias, Subestações, e outras atividades com Eletricidade que possa gerar riso de Arcos Elétricos. Em conformidade com as normas: NFPA 70E / ASTM F2178 / ASTM F2621 C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	UNID.	8	-	12	1	**21**

5	TRAVA QUEDAS PARA CORDA: Trava-Quedas em aço com sistema "dupla-trava" para corda 12mm de diâmetro, possui sistema de travamento que mantem o usuário na posição necessária. Acessório utilizado em atividades a mais de 2 metros de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador. Deve ser utilizado com cinturão paraquedista. Tem como objetivo neutralizar o risco de queda em qualquer tipo de movimentação vertical. Trava-quedas em chapa de aço anti-oxidante; Mosquetão dupla trava, com abertura de 20mm; Utilizado para corda de poliamida 12mm; Confeccionado em fita de material sintético (poliester). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	UNID.	100	1	6	1	**108**
6	Cinturão Paraquedista Eletricista NR10: Confeccionado em fita de poliéster composto por: 02 meia-argolas, para posicionamento, na cintura; 01 meia-argola com ponto de conexão dorsal; 07 fivelas duplas para ajuste nas pernas, cintura e ombro com proteção; Porta-ferramentas; 04 laços frontais para ancoragem; Ajuste peitoral; Almofada de 130 mm para proteção lombar; Almofada de 50 mm para proteção das pernas; Talabarte em Y. Utilizado em atividades a mais de 2 metros de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador em trabalho estacionário (posicionamento). (NBR 15835:2010, NBR 15836:2010). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	UNID.	100	1	6	1	**108**
7	Cinturão Abdominal Eletricista NR10 em cadarço de Nylon: Cinto de posicionamento estático acolchoado. Possui 2 argolas em "D", localizadas na lateral do cinturão e porta ferramentas. Revestimento em espuma. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	UNID.	100	2	6	1	**109**
8	Capuz Balaclava para Eletricista NR 10 Risco 2 Retardante a Chamas contra Arco Elétrico em malha 100% algodão retardante à chamas para proteção total da cabeça e pescoço contra chama direta e calor irradiado de Arco Elétrico. ATPV 9,6 cal/cm2 Gramatura: 220 g/m2. C.A (Certificado de Aprovação do MinIstério do Trabalho-MTE). Tamanho: Único. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	UNID.	8	-	12	1	**21**
9	Cadeirinha de escalada. Cadeirinha básica, totalmente regulável, indicada para Escalada em Top Rope, Canyoning, Arvorismo, Tirolesa e Parques de Aventura. Acolchoamento nas pernas e cintura. Regulagem total nas pernas e cintura com fivelas duplas em aço inox (ajuste rápido). Rack porta material. Peso: 650 gramas. Tamanho: Adulto. Dimensões de ajuste - Cintura: De 70 cm a 140 cm. Pernas: De 35 cm a 85 cm.	UNID.	10	-	2	1	**13**

JUSTIFICATIVA DAS SECRETARIAS

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS A Secretaria de Serviços Urbanos tem um total de 1.300 servidores que executam trabalhos de campo como: varrição de diversas ruas, calçadas, praças, rastelo e limpeza da faixa de areia da orla da praia, plantio e manutenção de postes de energia, de praças e áreas verdes etc. O equipamento de Proteção Individual (EPI) é necessário para a proteção individual dos servidores municipais que trabalham na operacionalização das atividades de manutenção. Assim como deve considerar que a utilização de EPIs está amparada pela legislação de consolidação das leis trabalhistas, uma vez que as atividades executadas na SESURB têm várias frentes de trabalho que requerem maiores cuidados em relação à proteção contra os riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador. Foram considerados relatórios de compras de anos anteriores: Pregões E130/23 e E005/25 e número de servidores específicos por setor que utilizam cada equipamento para distribuição ao longo de 12 meses.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO A presente aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), por meio de Sistema de Registro de Preços, tem como finalidade garantir a segurança, a integridade física e o adequado desempenho das atividades desenvolvidas pelo eletricista da Secretaria de Cultura e Turismo, em conformidade com as disposições da Norma Regulamentadora NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-6 (Equipamento de Proteção Individual) e demais legislações aplicáveis. A Secretaria de Cultura e Turismo realiza durante todo o ano diversos eventos culturais, turísticos e institucionais de grande relevância para o município, demandando atuação constante da equipe de manutenção elétrica. Dentre os eventos atendidos destacam-se a Sexta Musical, Baila Comigo, Corpus Christi, Festejos de Iemanjá, Parada do Orgulho LGBT+, Encontro de Carros Antigos, além de diversas outras atividades promovidas pela Pasta. Nesses eventos, o eletricista atua diretamente na montagem e desmontagem das estruturas temporárias, incluindo palcos, sistemas de iluminação, sonorização, quadros de distribuição elétrica,

cabeamentos, extensões refletores e demais equipamentos elétricos necessários para o funcionamento seguro das atividades. Tais serviços envolvem riscos inerentes à atividade elétrica, bem como trabalhos em altura, movimentação de equipamentos e exposição à s intempéries, tornando indispensável a utilização de EPIs adequados. Além dos eventos externos, a equipe também presta suporte às atividades realizadas nos equipamentos culturais administrados pela Secretaria, tais como o Teatro Municipal Serafim Gonzales, Galeria Nilton Zanotti. Museu Municipal e Salão Nobre do palácio das Artes, onde frequentemente são executados serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, sistemas de iluminação cênica, iluminação predial, equipamentos eletroeletrônicos e infraestrutura de apoio aos eventos internos. Cumpre destacar ainda que a Secretaria é responsável pela manutenção dos diversos equipamentos e demandas de conservação, reparo e adequação das instalações elétricas sob sua responsabilidade. Dessa forma, a aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual por meio de Registro de Preços mostra-se necessária para assegurar condições adequadas de trabalho, reduzir riscos de acidentes, atender ás exigências legais de segurança do trabalho e garantir a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria de Cultura e Turismo, contribuindo para a realização segura e eficiente das atividades e eventos promovidos pelo Município. Os quantitativos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) foram definidos considerando que a Secretaria de cultura e Turismo possui 01 (um) eletricista responsável pelos serviços de manutenção elétrica e apoio à montagem e desmontagem de eventos realizados pela Pasta. Embora o setor conte atualmente com apenas um profissional, foi prevista a aquisição de unidades reservas para reposição imediata em casos de desgaste, danos, perda de eficiência ou necessidade de substituição dos equipamentos, garantindo a continuidade e a segurança das atividades desenvolvidas. Os quantitativos também contemplam a formação de estoque mínimo para atendimento de eventuais ampliações da equipe, substituições de servidores ou aumento da demanda de serviços durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Dessa forma, os quantitativos estimados são compatíveis com as necessidades operacionais do setor, assegurando o cumprimento das normas de segurança e a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Para utilização pela Divisão de Manutenção Escolar na manutenção das Unidades de Educação Municipais. Os quantitativos baseiam-se no histórico de consumo dos itens mencionados.

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA A importância dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para eletricistas é absoluta, servindo como última e crucial linha de defesa contra riscos fatais como choques elétricos, queimaduras por arco elétrico e quedas. O uso obrigatório (norma NR10) garante a integridade física, prevenindo acidentes graves e salvando vidas ao isolar o profissional de tensões perigosas. A quantidade estimada equivale a 01 eletricista de equipe.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A aplicação de EPIs faz parte da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), alterada pela **Lei Federal nº 6.514/77 e é regulamentado pela NR6,** que versa sobre quais equipamentos são EPIs. Ela **obriga a compra de equipamentos de proteção pela organização**, distribuição gratuita para funcionários em situação de risco de acidentes e treinamento para uso apropriado dos EPIs.

Principais Pontos da NR-6:

- **Obrigação do Empregador:** A NR-6 estabelece que é responsabilidade do empregador fornecer, sem custo para o funcionário, os EPIs adequados para a proteção contra os riscos existentes no ambiente de trabalho, que atendam às normas e especificações técnicas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e outras autoridades competentes.

- **Capacitação e Treinamento:** Os trabalhadores devem receber treinamento sobre o uso correto dos EPIs fornecidos, incluindo informações sobre a importância da proteção, o correto uso, manutenção e armazenamento dos equipamentos.

- **Controle e Fiscalização:** É obrigação do empregador garantir a adequada distribuição e manutenção dos EPIs, bem como realizar inspeções periódicas para verificar se estão em boas

condições de uso. O empregador também deve assegurar que os EPIs sejam utilizados pelos trabalhadores sempre que necessário.

Documentação e Registros:

- **A NR-6** exige que o empregador mantenha atualizado os registros de fornecimento de EPIs aos trabalhadores, bem como os treinamentos realizados e as condições de uso dos equipamentos.

- **Responsabilidade do Trabalhador,** utilizar os EPIs fornecidos de forma adequada e seguir as orientações de segurança estabelecidas.

- **O Certificado de Aprovação (CA**) é um documento oficial emitido pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTb) no Brasil, que certifica que um Equipamento de Proteção Individual (EPI) atende aos requisitos técnicos e de segurança estabelecidos para proteger o trabalhador contra riscos específicos no ambiente de trabalho.

- **Importância do Certificado de Aprovação (CA) - Garantia de Qualidade e Segurança:** O CA assegura que o EPI foi testado e aprovado conforme as normas técnicas e requisitos de segurança estabelecidos pelas autoridades competentes, garantindo que o equipamento oferece a proteção adequada para o uso pretendido.

- **Conformidade Legal:** O fornecimento e uso de EPIs sem o Certificado de Aprovação é considerado ilegal e não está em conformidade com a legislação de segurança e saúde no trabalho. O CA é um requisito legal para que um EPI seja aceito e utilizado de forma regulamentar.

- **Credibilidade:** O CA é um indicativo de que o EPI passou por testes rigorosos e foi avaliado de acordo com as normas técnicas específicas para o tipo de proteção que deve oferecer.

Como o Certificado de Aprovação (CA) é obtido:

- **Solicitação e Testes:** O fabricante ou importador do EPI deve submeter o equipamento a testes e avaliações em laboratórios credenciados que verificam a conformidade com as normas técnicas e de segurança pertinentes.

- **Análise e Aprovação:** Após a conclusão dos testes, o fabricante ou importador solicita a emissão do CA ao Ministério do Trabalho e Previdência. O órgão analisa a documentação e os resultados dos testes antes de emitir o certificado.

- **Emissão e Validade:** O CA é emitido pelo Ministério do Trabalho e Previdência e deve ser mantido atualizado. O certificado possui um número de registro e uma validade específica, após a qual pode ser necessário realizar novos testes para renovação.

- **Informações Contidas no Certificado de Aprovação (CA)**

- **Número do Certificado:** Identificador único do CA.

Nome e Endereço do Fabricante ou Importador: Informações sobre a empresa responsável pelo EPI.

- **Descrição do EPI:** Detalhes sobre o tipo de equipamento e a proteção que oferece.

- **Data de Emissão e Validade:** Datas que indicam a emissão e a validade do certificado.

- **Normas Técnicas:** Referências às normas técnicas às quais o EPI está em conformidade.

- **Tipo de Risco:** Os tipos de riscos contra os quais o EPI oferece proteção.

O Certificado de Aprovação é uma peça fundamental na gestão de segurança e saúde no trabalho, ajudando a assegurar que os EPIs utilizados realmente oferecem a proteção necessária para prevenir acidentes e doenças ocupacionais.

A NR-10 aborda o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de maneira detalhada, destacando a importância desses equipamentos na segurança dos trabalhadores que atuam em instalações e serviços com eletricidade. A utilização adequada dos EPIs é fundamental para prevenir acidentes graves ou fatais em atividades que envolvem eletricidade, a NR-10 estabelece um padrão rigoroso para assegurar que os trabalhadores estejam sempre protegidos.

Obrigatoriedade do Uso de EPI: A NR-10 exige que todos os trabalhadores que atuam em instalações elétricas, ou em suas proximidades, utilizem EPI adequado para proteger-se contra os riscos elétricos.

Responsabilidade:

- **Do empregador** - fornecer os EPIs adequados, em perfeito estado de conservação e funcionamento, além de orientar e treinar os trabalhadores sobre o uso correto dos mesmos.

- **Do trabalhador** - é responsabilidade do trabalhador utilizar corretamente os EPIs fornecidos e conservá-los em bom estado.

- **Conservação e Substituição**: A NR-10 também determina que os EPIs devem ser inspecionados regularmente e substituídos imediatamente se apresentarem qualquer tipo de dano que possa comprometer sua eficácia.

- **Treinamento**: Todos os trabalhadores devem ser devidamente treinados para o uso correto dos EPIs, garantindo que saibam como e quando utilizá-los, bem como os cuidados necessários para a manutenção desses equipamentos.

- **Proteção Adicional**: Além dos EPIs, a NR-10 enfatiza a necessidade de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), como barreiras, sinalizações e sistemas de aterramento, para reduzir ainda mais os riscos associados ao trabalho com eletricidade.

Foi verificado que são itens usuais de mercado, sendo de ampla oferta. Ressalta-se apenas que as especificações dos EPI's seguem as orientações da Seção de Segurança do Trabalho para que os descritivos atendam às necessidades de acordo com o que determina o Ministério do Trabalho, sendo solicitados Certificados de aprovação, laudos e amostras quando necessário.

Foram analisadas as últimas contratações para o objeto, bem como contratações similares, inclusive de outros órgãos e entidades, mediante pesquisa em sites de Internet e outros documentos licitatórios com o objetivo de identificar e buscar as soluções no mercado nacional que melhor atendessem às necessidades e interesses do Município, por se tratarem de objetos comuns, a licitação para aquisição dos materiais na sua forma de pregão eletrônica no sistema registro de preço é a solução mais viável para a Administração, levando em conta **Lei Federal nº 6.514/77 e é regulamentado pela NR6** e os princípios da economicidade, publicidade e transparência do interesse público.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Para a elaboração da **estimativa de preços** desta contratação, procedeu-se à realização de pesquisa de mercado, em conformidade com o disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Inicialmente, foram analisadas **contratações similares de outros órgãos e entidades públicas**. Contudo, verificou-se a inexistência de aquisições recentes e idênticas, não sendo possível utilizá-las como parâmetro direto de comparação.

Dessa forma, a pesquisa contemplou as seguintes fontes:

- **Sítios especializados no comércio eletrônico**, consultando fornecedores com atuação no mercado nacional;

- **Consulta pública** realizada no portal oficial do Município de Praia Grande, que possibilitou identificar práticas de contratação análogas e preços praticados em certames públicos;

- **Levantamento de fornecedores potenciais**, de modo a verificar a existência de ampla oferta de mercado, assegurando a competitividade.

A pesquisa de mercado permitiu aferir que há **quantidade significativa de possíveis fornecedores**, o que reforça a expectativa de **concorrência efetiva** no certame e, consequentemente, a obtenção de preços compatíveis com os valores praticados no setor privado.

O valor estimado da contratação será definido a partir da **média dos preços coletados**, desconsiderando-se valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, em observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa. Tal procedimento encontra respaldo no artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a adotar critérios objetivos e transparentes para a formação do preço de referência.

Assim, a estimativa de preços servirá como **parâmetro balizador para a licitação**, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e assegurando a adequada execução contratual.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. INTERNET	VALOR TOTAL
1	Uniforme Eletricista NR10 Risco 2(II) com proteção para Arco-Elétrico e Fogo Repentino Composto de Calça e Camisa na cor azul.	418455	CJ	143	**R$ 359,00**	**R$ 51.337,00**
2	Blusão NR10 Risco 4 com Refletivo Antichama Guardian DX Blusão Fire DX na cor azul	618366	UNID.	28	**R$ 1.436,35**	**R$ 40.217,80**
3	Tapete de Borracha Isolante Elétrico para Baixa, Média e Alta Tensão NR10.	621083	UNID.	20	**R$ 550,74**	**R$ 11.014,80**
4	Capuz Eletricista contra Arco Elétrico Risco 3 e 4 NR10	606437	UNID.	21	**R$ 3.239,09**	**R$ 68.020,89**
5	TRAVA QUEDAS PARA CORDA	614953	UNID.	108	**R$ 120,51**	**R$ 13.015,08**
6	Cinturão Paraquedista Eletricista NR10	602436	UNID.	108	**R$ 239,90**	**R$ 25.909,20**
7	Cinturão Abdominal Eletricista NR10 em cadarço de Nylon	296586	UNID.	109	**R$ 113,91**	**R$ 12.416,19**
8	Capuz Balaclava para Eletricista NR 10	606441	UNID.	21	**R$ 149,49**	**R$ 3.139,29**
9	Cadeirinha de escalada.	224856	UNID.	13	**R$ 116,00**	**R$ 1.508,00**
					TOTAL ESTIMADO	**R$ 226.578,25**

Memorial De Cálculo

O valor total estimado será de **R$ 226.578,25 (Duzentos e vinte e seis mil quinhentos e setenta e oito reais e vinte e cinco Centavos)** de acordo com o cálculo abaixo:

$$V_{\substack{total \\ geral}} = Soma\ dos\ valores\ totais\ de\ cada\ item\ (C)$$

$$C = A\ X\ B$$

$V_{\substack{total \\ geral}}$ = Valor total estimado da contratação (em Reais);

A = Quantidade total do item correspondente
B = Valor unitário do item correspondente (em Reais);
C = Valor total do item correspondente (em Reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aquisição de Equipamentos de proteção individual - Eletricista visa atender a demanda da Secretaria de Serviços Urbanos de acordo com as especificações descritas abaixo.

A solução proposta para a aquisição planejada de EPIs Eletricista é essencial para garantir a proteção dos servidores públicos, a continuidade dos serviços e o cumprimento das obrigações legais. Esta medida atende ao interesse público ao proteger a saúde dos trabalhadores e assegurar a eficiência dos serviços prestados à comunidade.

Benefícios Esperados:

- Redução de Acidentes: Com a proteção adequada, espera-se uma diminuição significativa nos casos de lesões, queimaduras, choque elétricos explosões, incêndios e quedas de alturas.

- Melhoria na Produtividade: A redução de afastamentos médicos contribuirá para a continuidade e eficiência dos serviços prestados pela administração pública.

- Cumprimento das Obrigações Legais: A aquisição e fornecimento regular de EPIs garantirão que a administração esteja em conformidade com as normas de segurança no trabalho, evitando sanções legais.

- Aumento da Satisfação dos Servidores: Um ambiente de trabalho seguro e bem equipado melhora a moral dos servidores e a percepção de cuidado por parte da administração.

  Processo Anterior: Processo 1.270/2024 – Pregão: 005/2025, Vigência: 15, 16 e 19/05/2026.

  Não há exigência de manutenção e assistência técnica.

Do ponto de vista da gestão pública, a medida atende aos princípios do **planejamento, eficiência, economicidade, padronização e interesse público**, previstos na Lei nº 14.133/2021, ao alinhar a necessidade de proteção ao servidor com a otimização dos recursos orçamentários.

A contratação será realizada por meio de **pregão eletrônico, na forma de registro de preços**, solução que garante:

- **Ampla competitividade**, com maior participação de fornecedores de diferentes regiões;

- **Agilidade e transparência**, em conformidade com as regras legais e regulatórias;

- **Economia de escala**, permitindo aquisições parceladas de acordo com a necessidade da Unidade Requisitante;

- **Segurança jurídica**, pela aderência aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A presente contratação será conduzida por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, conforme previsto nos arts. 28, inciso II, e 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021. Tal critério assegura ampla competitividade, isonomia entre os participantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

A divisão do objeto em itens justifica-se pela natureza do bem a ser adquirido, viabilizando a participação de um maior número de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno

porte, em atendimento ao disposto nos arts. 11 e 72 da Lei nº 14.133/2021, favorecendo a competitividade e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

A adjudicação por item permitirá que empresas distintas sejam declaradas vencedoras para diferentes produtos, otimizando o resultado do certame e proporcionando maior possibilidade de obtenção de preços vantajosos, considerando a especialização de fornecedores em linhas ou marcas específicas.

A entrega dos itens será realizada de forma fracionada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade da Administração, nos termos do art. 82, §1º, da referida Lei. Tal medida tem por finalidade evitar o acúmulo desnecessário de estoque, reduzir riscos de perecimento ou obsolescência do produto e promover uma gestão mais eficiente e racional dos recursos públicos.

As parcelas de entrega serão definidas de acordo com as demandas efetivas da Prefeitura, sendo permitida sua realização em tantas etapas quantas se mostrarem tecnicamente viáveis e economicamente justificáveis, respeitado o limite quantitativo adjudicado a cada fornecedor.

Dessa forma, o parcelamento do objeto mostra-se plenamente justificado, tanto sob a ótica da eficiência administrativa quanto da economicidade, atendendo aos objetivos estratégicos da Administração e às disposições legais aplicáveis à contratação pública.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A futura contratação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos eletricistas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, a ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, com julgamento por item, tem como finalidade assegurar condições adequadas de segurança e saúde ocupacional aos servidores, bem como garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à população.

Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- **Eficiência e Eficácia na Execução dos Serviços:** Disponibilizar aos servidores equipamentos de proteção compatíveis com os riscos inerentes às atividades desenvolvidas, contribuindo para a redução de acidentes de trabalho, prevenção de doenças ocupacionais e aumento da produtividade, da segurança e da qualidade na execução dos serviços.

- **Economicidade e Racionalização dos Recursos Públicos:** A adoção do Sistema de Registro de Preços, associada ao julgamento por item, possibilita maior competitividade entre os fornecedores, obtenção de preços mais vantajosos, aquisições conforme a demanda efetiva e redução de custos relacionados ao armazenamento excessivo e à realização de contratações emergenciais.

- **Sustentabilidade e Gestão Eficiente de Estoques:** A contratação permitirá melhor planejamento das aquisições e do consumo dos equipamentos, evitando desperdícios, reduzindo perdas decorrentes de armazenagem prolongada e promovendo a otimização dos processos logísticos e de distribuição.

- **Qualidade e Segurança dos Serviços Prestados:** O fornecimento de EPIs adequados e certificados contribui para a execução segura das atividades, em conformidade com as normas regulamentadoras de segurança do trabalho, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados e na proteção da integridade física dos servidores.

- **Continuidade das Atividades Operacionais:** A manutenção de estoque adequado de equipamentos possibilitará a reposição tempestiva dos EPIs em razão do desgaste natural, perda de eficácia ou necessidade de substituição, evitando interrupções das atividades por ausência de equipamentos de proteção obrigatórios.

- **Conformidade Legal e Normativa:** A contratação visa assegurar o atendimento às exigências previstas na legislação trabalhista e nas normas de segurança e saúde ocupacional aplicáveis às

atividades desenvolvidas pelos eletricistas, garantindo condições adequadas de trabalho e mitigação dos riscos ocupacionais.

- **Proteção dos Servidores e Interesse Público:** A disponibilização contínua de EPIs adequados demonstra o compromisso da Administração Pública com a preservação da saúde e da integridade física dos servidores, reduzindo afastamentos decorrentes de acidentes de trabalho e assegurando a prestação regular e segura dos serviços públicos essenciais.

Dessa forma, a contratação pretendida não se limita ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, mas representa medida indispensável para a promoção da segurança do trabalho, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços públicos.

A solução proposta encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, constituindo alternativa adequada e vantajosa para o atendimento das necessidades da Administração.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos servidores que exercem a função de eletricista, verifica-se que os materiais a serem adquiridos constituem bens comuns, padronizados e de utilização individual, amplamente disponíveis no mercado e destinados ao uso imediato após sua entrega e distribuição.

Dessa forma, não se identificou a necessidade de realização de adequações físicas, estruturais ou operacionais nas instalações da Administração, nem a contratação de serviços complementares para viabilizar a execução da futura contratação.

As providências necessárias à implementação da solução restringem-se às atividades administrativas inerentes ao processo de contratação, incluindo a elaboração dos documentos técnicos, a definição das especificações dos equipamentos, a estimativa dos quantitativos, a realização da pesquisa de preços, a verificação da disponibilidade orçamentária e o planejamento da logística de recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais aos servidores.

Além disso, caberá à Administração realizar a conferência dos equipamentos fornecidos, verificando a conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, bem como a validade dos Certificados de Aprovação (CA), quando exigíveis, observando as disposições da Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06) e demais normas aplicáveis.

Portanto, conclui-se que a contratação não demanda providências prévias de natureza estrutural ou operacional, sendo suficientes as medidas administrativas e de planejamento necessárias à adequada gestão da futura Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Após análise das necessidades da Administração e das características do objeto pretendido, verificou-se que a presente contratação não possui relação de dependência com outras contratações, aquisições ou instrumentos contratuais que possam condicionar sua execução ou comprometer o alcance dos resultados pretendidos.

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos eletricistas constituem bens de fornecimento autônomo, cuja utilização independe da celebração de contratos complementares ou da aquisição de outros materiais, equipamentos ou serviços para que cumpram sua finalidade de proteção aos servidores.

Embora a Administração adote medidas permanentes relacionadas à segurança e saúde ocupacional, tais como treinamentos, orientações técnicas e fornecimento de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), essas ações integram as rotinas administrativas e operacionais do Município,

não configurando contratações correlatas ou interdependentes para a execução do objeto ora analisado.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação é independente e suficiente para atender à necessidade identificada neste Estudo Técnico Preliminar, não havendo contratações correlatas ou interdependentes cuja realização seja condição para sua efetiva implementação ou utilização.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Os Equipamentos de Proteção individual para eletricista a serem adquiridos apresentam baixos impactos ambientais em sua produção, uso e descarte. Todavia, em observância aos princípios da sustentabilidade previstos no art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, a Administração reconhece a importância do manejo adequado dos resíduos gerados.

Assim, os EPI's inutilizadas ou descartadas deverão ter destinação final ambientalmente correta, conforme a classificação estabelecida no **Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos** e em conformidade com a legislação ambiental vigente. Tal medida visa minimizar impactos ambientais e contribuir para a promoção de políticas públicas sustentáveis.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente, economicamente e ambientalmente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARAMOS SER VIÁVEL** a contratação pretendida, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que elas possam tomar ciência dos atos e as providências cabíveis.

ANEXO II – PLANILHA PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Uniforme Eletricista NR10 Risco 2(II) com proteção para Arco-Elétrico e Fogo Repentino Composto de Calça e Camisa na cor azul. Camisa: Tecido FR 100% Algodão Retardante a Chamas 8,6 oz/yd²(290 g/m²); Com faixas refletivas Retardantes a Chamas (Antichama); Fechamento frontal em botões com vista; Mangas longas com fechamento em botão no punho; Gola tipo esporte (italiana) abotoada até em cima; Bolso superior esquerdo 13cm de largura e 14 cm de altura, apresenta tampa e fechamento com velcro; Costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis; ATPV 10,9 cal/cm²; Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). No bolso esquerdo deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. Calça: Tecido FR 100% Algodão Retardante a Chamas 8,6 oz/yd²(290 g/m²); Com faixas refletivas Retardante a Chamas (Antichama); Meio elástico no cós, passantes para cinto, pala atrás; Fechamento em botões com vista; Dois bolsos frontais; Dois bolsos traseiros; ATPV 10,9 cal/cm²; Costura reforçada em pontos vulneráveis com linha retardante a chama 100% meta aramida. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). No bolso traseiro do lado direito deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. TAMANHOS: P, M, G, GG, XG. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Conj.	143		
2	Blusão NR10 Risco 4 com Refletivo Antichama Guardian DX Blusão Fire DX na cor azul, conta com fechamento com botões antichama e pala protetora, gola F1 com abertura frontal, manga canhão e também faixa refletiva. Possuí identificação do EPI, Risco e ATPV bordados com tecido retardante a chamas de acordo com normas NFPA2112 e NFPA70E -NR10. É confeccionada em 3 camadas de tecido retardande a chamas, 48% de modacrílico, 37% em algodão, 15% paramida com 225 G/M² - 6,5OZ. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). Na parte frontal do lado esquerdo deverá ter o logotipo da Prefeitura em silk-screen escrito a palavra SESURB na cor branca e logo abaixo da palavra SESURB, deverá constar Secretaria de Serviços Urbanos, também na cor branca, e nas costas a palavra SESURB, na cor branca. A cor e os logos poderão ser alterados conforme a necessidade da administração. TAMANHOS: P, M, G, GG, XG. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	28		
3	Tapete de Borracha Isolante Elétrico para Baixa, Média e Alta Tensão NR10. Proteção: Classe 2 - Testada em 20 kV para uso até 17.000 Volts - Alta Tensão. Atende a requisitos das normas NR10, NBR 5410, NBR 14039 ASTM F479, ASTM D178 e ASTM D1048. Dimensões: 1m de largura x 1m de comprimento. Características e Aplicabilidade: Para uso em quadros elétricos, cabines elétricas, CCM para isolamento elétrico, etc. Principais características: Boa flexibilidade e capacidade de absorção de choque, impermeável (não absorve líquidos ou odores) flexível, excelente capacidade de carga, suporta temperaturas de -20 a + 90 °C.	Unid.	20		
4	Capuz Eletricista contra Arco Elétrico Risco 3 e 4 NR10. Área de visão de 10"x20", com alongamento para peito e costas. Capacete	Unid.	21		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	interno acoplado e Visor de Policarbonato de Alto Impacto de 3mm de espessura com ampla visibilidade e maior segurança. Transmitância de Luminosidade de 55%. Lente confeccionada em dupla Camada, Capuz em três camadas de tecido retardante a chama, proteção contra Infravermelho, Ultravioleta e Partículas. Ideal para uso em Cabines Primárias, Subestações, e outras atividades com Eletricidade que possa gerar riso de Arcos Elétricos. Em conformidade com as normas: NFPA 70E / ASTM F2178 / ASTM F2621. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).				
5	TRAVA QUEDAS PARA CORDA: Trava-Quedas em aço com sistema "dupla-trava" para corda 12mm de diâmetro, possui sistema de travamento que mantem o usuário na posição necessária. Acessório utilizado em atividades a mais de 2 metros de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador. Deve ser utilizado com cinturão paraquedista. Tem como objetivo neutralizar o risco de queda em qualquer tipo de movimentação vertical. Trava-quedas em chapa de aço antioxidante; Mosquetão dupla trava, com abertura de 20mm; utilizado para corda de poliamida 12mm; confeccionado em fita de material sintético (poliéster). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	108		
6	Cinturão Paraquedista Eletricista NR10: Confeccionado em fita de poliéster composto por: 02 meia-argolas, para posicionamento, na cintura; 01 meia-argola com ponto de conexão dorsal; 07 fivelas duplas para ajuste nas pernas, cintura e ombro com proteção; Porta-ferramentas; 04 laços frontais para ancoragem; Ajuste peitoral; Almofada de 130 mm para proteção lombar; Almofada de 50 mm para proteção das pernas; Talabarte em Y. Utilizado em atividades a mais de 2 metros de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador em trabalho estacionário (posicionamento). (NBR 15835:2010, NBR 15836:2010). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	108		
7	Cinturão Abdominal Eletricista NR10 em cadarço de Nylon: Cinto de posicionamento estático acolchoado. Possui 2 argolas em "D", localizadas na lateral do cinturão e porta ferramentas. Revestimento em espuma. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	109		
8	Capuz Balaclava para Eletricista NR 10 Risco 2 Retardante a Chamas contra Arco Elétrico em malha 100% algodão retardante a chamas para proteção total da cabeça e pescoço contra chama direta e calor irradiado de Arco Elétrico. ATPV 9,6 cal/cm2 Gramatura: 220 g/m2. C.A (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE). Tamanho: Único. C.A.: (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho-MTE).	Unid.	21		
9	Cadeirinha de escalada. Cadeirinha básica, totalmente regulável, indicada para Escalada em Top Rope, Canyoning, Arvorismo, Tirolesa e Parques de Aventura. Acolchoamento nas pernas e cintura. Regulagem total nas pernas e cintura com fivelas duplas em aço inox (ajuste rápido). Rack porta material. Peso: 650 gramas. Tamanho: Adulto. Dimensões de ajuste - Cintura: De 70 cm a 140 cm. Pernas: De 35 cm a 85 cm.	Unid.	13		

Havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código CATMAT e o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial, prevalecerá o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial.

Praia Grande, ____ de _____ de 2026.

_____	_____
Razão Social da empresa proponente	**Assinatura do representante legal Cargo:**
CNPJ:	Carteira de identidade nº:
	CPF:

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ATA _____/_____

"TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - ELETRICISTA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA XXXXXXXXX."

Pelo presente Termo de Ata, com força de instrumento público, de um lado, o **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº. 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, **MAURÍCIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria de Cultura e Turismo, **PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria de Educação e **JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**, titular da Secretaria de Saúde Pública, todos por atribuição conferida através do artigo 10A da Lei Complementar nº 913/2022 e alterações posteriores, neste ato representando esta municipalidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão nº 166/2026, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no ..... de ...../...../202....., doravante simplesmente denominada **DETENTORA**, e a empresa **.....**, CNPJ sob nº **.....**, com sede na **.....**, nº **.....**, **.....** - ...., CEP **.....**, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **.....**, RG nº **.....**, CPF nº **.....**, tendo em vista o que consta no Processo nº ***72/2026*** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - ELETRICISTA, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, Anexo *I do edital de Licitação nº 166/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS – **SESURB**.

3.2. *Além do gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços as demais Secretarias elencadas do Termo de Referência.*

4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente.

5.1.2. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE – Índice de Preços do Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, observada a legislação federal em vigor.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item **5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta;*

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7.**

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **8.4.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **7.2** e no item **7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Não aceitar o preço reajustado pela Administração.

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **8.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no Termo de Referência*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, assinam o Termo de Ata eletronicamente.

Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, na data da assinatura digital, assim considerada a data da última assinatura digital dentre os representantes legais das partes contratantes.

SORAIA M. MILAN
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MAURICIO DA SILVA PETIZ
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação

JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA
Secretário Municipal de Saúde Pública

_____
Representante legal do CONTRATADO

Processo Administrativo nº 72/2026

ANEXO IV – CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*				
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Valor Unitário**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*				
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Quantidade**	**Valor Unitário**

Verificação de assinatura

Código de verificação:

ICV6NLK6 SEOZ3IS4 JFL6H5XG PBRBP2BC

Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site https://assinadordigitalexterno.praiagrande.sp.gov.br/consulta e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto n° 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas:

Assinado digitalmente por MAURICIO DA SILVA PETIZ, em: 06/11/2026 16:21:27

Assinado digitalmente por SORAIA MOURAO MILAN, em: 06/11/2026 16:26:22

Assinado digitalmente por PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, em: 06/11/2026 16:38:57

Assinado digitalmente por JOSE ISAIAS COSTA LIMA, em: 06/11/2026 17:23:07